





Relatório Executivo do Projeto
Observatório das Dimensões da Competência em Informação nos
Portais da Transparência dos Municípios da Região Imediata de
Montes Claros (MG)

Análise do Portal da Transparência do Município de Lontra

Montes Claros (MG)

2025

Apresentação

O presente relatório consolida os resultados do projeto de implantação do Observatório da Competência em Informação, que realizou um diagnóstico abrangente dos portais da transparência dos municípios da região imediata de Montes Claros. O objetivo central foi mapear as informações disponibilizadas, identificar lacunas e propor melhorias concretas para o aprimoramento da transparência ativa na gestão municipal.

O estudo, que abrangeu 32 municípios, revelou um cenário com pontos consolidados e outros que demandam atenção prioritária. Identificou-se uma padronização positiva na divulgação de informações fundamentais da execução orçamentária e financeira, como receitas, despesas, licitações e contratos, demonstrando conformidade com as exigências legais basilares e fortalecendo a prestação de contas à sociedade. Contudo, constataram-se deficiências críticas em áreas estratégicas para o planejamento e o controle dos resultados da administração. A divulgação de informações sobre andamento de obras, prestação de contas detalhadas e instrumentos de planejamento, como o Plano Plurianual, mostrou-se insuficiente ou de difícil acesso. A indisponibilidade integral de alguns contratos e seus termos aditivos representa uma fragilidade significativa na gestão documental e na transparência dos gastos públicos.

A metodologia de análise foi estruturada em grupos temáticos: Receitas, Despesas, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas, Planejamento e Acessibilidade. Para cada grupo, foram definidos critérios específicos de avaliação, permitindo uma verificação objetiva da disponibilidade e da completude das informações no portal de transparência. O grupo Receitas analisou a divulgação da previsão e realização das receitas, a classificação orçamentária detalhada e a lista de inscritos em dívida ativa. O grupo Despesas verificou se os gastos estavam discriminados por categoria orçamentária, identificando beneficiários, bens ou serviços adquiridos e os procedimentos licitatórios correspondentes. O grupo Recursos Humanos avaliou a divulgação de servidores, remunerações, estagiários, terceirizados e concursos públicos.

Grupos como Licitações, Contratos e Obras tiveram como foco a disponibilização de documentos integrais, detalhamento de valores, prazos, aditivos e status das atividades. Nos grupos de Prestação de Contas e Planejamento, verificou-se a presença e a atualidade dos respectivos documentos oficiais, incluindo balanços, relatórios de gestão e leis orçamentárias. O grupo Acessibilidade analisou a presença de elementos de navegação acessíveis, como símbolos de acessibilidade, opções de alto contraste, redimensionamento de texto e mapa do site. Essa estrutura permitiu uma análise quantitativa e qualitativa, fornecendo uma visão clara sobre os pontos fortes e as lacunas na disponibilização de informações no portal.

Em conclusão, os resultados evidenciam que a simples disponibilização de dados não esgota o dever de transparência. É imperioso garantir que as informações sejam acessíveis, inteligíveis e estejam integradas em um contexto que permita seu efetivo uso para o controle social e para a melhoria da gestão. Neste sentido, o Observatório www.observamg.com.br se configura como uma ferramenta estratégica de apoio à administração pública, permitindo não apenas o monitoramento do nível de transparência, mas também a identificação de boas práticas e de áreas que requerem intervenção. A iniciativa reforça a necessidade de uma abordagem integrada, alinhando os conhecimentos da Gestão Pública, da Ciência da Informação e da Tecnologia da Informação, para desenvolver portais que cumpram plenamente seu papel como instrumentos de democracia, eficiência e boa governança.

Coordenação do Projeto ObservaMG.

Análise do Portal da Transparência do Município de Lontra

1. Sumário

Este relatório apresenta os resultados da análise do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Lontra, com base em 45 critérios de avaliação, organizados em onze grupos temáticos: Receita, Despesa, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas, Planejamento e Acessibilidade.

A verificação foi realizada conforme as exigências estabelecidas pela Lei Complementar nº 131/2009, pela Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e pela Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), observando-se os princípios da publicidade, da transparência ativa e do controle social.

2. Resultados da Avaliação

A análise identificou **15 critérios atendidos** e **30 critérios não atendidos**, o que corresponde a **33% de conformidade** e **67% de não conformidade**.

No grupo **Receita**, dois dos três critérios avaliados foram atendidos. O portal divulga as receitas previstas e realizadas, bem como a classificação orçamentária detalhada por natureza da receita, mas não disponibiliza a lista de inscritos em dívida ativa.

O grupo **Despesa** apresentou desempenho integralmente satisfatório, atendendo aos dois critérios. As informações sobre execução orçamentária estão publicadas de forma detalhada, com empenhos, liquidações, pagamentos e identificação dos beneficiários, o que contribui para a transparência nos gastos públicos.

Em **Convênios e Transferências**, dois dos três critérios foram atendidos. O portal identifica as transferências recebidas e realizadas, com informações sobre valores, objetos e órgãos concedentes. Entretanto, não foram localizados os acordos firmados que não envolvem repasse de recursos financeiros.

O grupo **Recursos Humanos** apresentou um resultado intermediário, com dois dos cinco critérios atendidos. O portal divulga a relação nominal dos servidores e

também a lista de estagiários, porém não disponibiliza informações sobre remuneração individual, terceirizados ou editais de concursos e seleções públicas.

No grupo **Diárias**, um dos dois critérios foi atendido. São apresentadas informações sobre os beneficiários, cargos, valores e destinos das diárias, mas não há publicação da tabela de valores conforme a legislação municipal.

O grupo **Licitações** obteve apenas um critério atendido, referente à divulgação da relação das licitações, contendo número, modalidade, objeto e valor. Não há, contudo, acesso à íntegra dos editais, documentos das fases internas e externas, atas de adesão, dispensas ou ao plano de contratações anual.

No grupo **Contratos**, somente um dos quatro critérios foi atendido. O portal divulga a relação dos contratos celebrados, com identificação do contratado, valor e objeto. Entretanto, não disponibiliza o inteiro teor dos contratos, a lista de fiscais nem a ordem cronológica dos pagamentos.

O grupo **Obras** apresentou o desempenho mais limitado da avaliação, não atendendo a nenhum dos quatro critérios. Não há informações sobre obras em execução, etapas, percentuais de conclusão, cronogramas, quantitativos contratados ou obras paralisadas.

O grupo **Prestação de Contas** também não apresentou conformidade em nenhum dos seis critérios. O portal não contém publicações referentes ao Balanço Geral, Relatórios de Gestão, julgamentos de contas, Relatório de Gestão Fiscal (RGF) ou Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).

O grupo **Planejamento** igualmente não atendeu a nenhum dos quatro critérios. Não estão disponíveis os instrumentos legais de planejamento — PPA, LDO e LOA — nem os objetivos estratégicos e indicadores de desempenho da administração municipal.

Por fim, o grupo **Acessibilidade** demonstrou bom desempenho, com quatro dos cinco critérios atendidos. O portal oferece caminho de navegação, modo de alto contraste, redimensionamento de texto e mapa do site, mas ainda carece do símbolo de acessibilidade em destaque na página inicial.

3. Considerações e Recomendações

A análise do Portal da Transparência do município de Lontra demonstra a existência de boas práticas iniciais de divulgação, com destaque para as seções de receitas, despesas e convênios, que contribuem para a visibilidade da execução orçamentária. Entretanto, há deficiências significativas na publicação de informações relacionadas à prestação de contas, licitações, contratos, obras e planejamento, o que compromete a completude e a efetividade da transparência pública.

Recomenda-se que o município priorize a atualização e ampliação dos dados de gestão fiscal e orçamentária, incluindo a divulgação do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), acompanhadas dos anexos correspondentes. A publicação regular dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) também deve ser implementada para garantir conformidade legal e fortalecer o controle social.

Além disso, é essencial que o portal passe a disponibilizar o inteiro teor dos contratos e termos aditivos, a lista de fiscais de contratos e as informações completas sobre licitações, incluindo editais e documentos das fases processuais.

No campo de Recursos Humanos, recomenda-se divulgar a remuneração nominal dos servidores e membros, bem como os editais de concursos públicos e seleções, assegurando a transparência na gestão de pessoal.

Por fim, destaca-se a importância de manter os avanços obtidos em acessibilidade e aperfeiçoar a experiência do usuário, garantindo atualização contínua e conformidade integral com as Leis de Transparência e de Acesso à Informação, em benefício da população e da boa governança municipal.

Conheça o Observatório do projeto:

www.observamg.com.br